



Maria Luiza Guimarães Dias dos Santos
Sérgio Luiz Milagre Junior¹

Direito e literatura: O que Antígona de Sófocles tem a ver com os campos de concentração nazistas e os atuais campos de “reeducação” Chineses?

Sófocles foi um bem sucedido escritor Ateniense, inclusive, no que tange a escrita de tragédias gregas. Dentre as tragédias escrita por ele está a peça Antígona. Esta peça faz parte dos três livros que compõe a trilogia Tebana, juntamente com os livros Édipo o rei e Édipo em colono e aborda uma série de conflitos relativos à convivência humana, dentre eles o conceito de justiça.

O desenrolar da peça se dá a partir da morte de dois irmãos, Polinices e Etéocles, que se matam em uma luta de cunho político, uma vez que buscavam exercer o poder máximo em Tebas. Após a morte dos possíveis herdeiros do trono, Creonte, tio materno de Etéocles e Polinices, assume o poder e define aquele como cidadão fiel a cidade e, portanto, digno de um enterro descente e este como um traidor que deveria servir de alimento aos abutres.

Antígona, irmã de Etéocles e Polinices, desacata a autoridade do rei e presta homenagens fúnebres ao irmão tido como traidor, mesmo sabendo que suas ações a poderiam levar a morte. O que ocorreu, já que ao ser pega descumprindo a lei se mantém firme em dizer que sabia da existência da ordem máxima e é taxativa em apontar o quanto discorda desta imposição do rei Creonte.

Para Antígona, por mais que Creonte detivesse o poder entre os homens, este não poderia sobrepor as leis divinas (o enterro era algo sagrado). Além disso, Antígona demonstra um profundo senso de dever para com sua família, de modo que, para ela, não importava as consequências de suas ações desde que cumprisse com o que a sua consciência apontava como correto. Já na concepção de Creonte, apenas agia corretamente aqueles que concordassem com ele, e, portanto, Antígona é condenada a ficar isolada em uma caverna para morrer. Sendo que ninguém é capaz de fazer Creonte mudar de ideia nem mesmo Hêmon, seu filho e noivo de Antígona, até que Tirésias, um profeta, diz ao rei que a decisão tomada por ele culminará em uma maldição sobre sua família. Então, Creonte decide voltar atrás, decisão que faz tardiamente já que a esta altura Antígona já havia se suicidado e, por desgosto, Hêmon e sua mãe, esposa de Creonte, também haviam cometido suicídio.

É possível observar que Creonte toma uma decisão política, e isso se mostra na necessidade de definir um traidor (Polinices) e um cidadão de “bem” (Etéocles) e com

¹ - Orientador

base nisso define uma lei (que ninguém pode enterrar o traidor) e se coloca na posição de julgar e condenar quem descumpra essa lei imposta por ele. Por parte de Antígona já é possível observar a importância de se atentar para as questões principiológicas uma vez que ela descumpra a lei com base em questões familiares e religiosas. Sendo, portanto, possível observar através de princípios que aquilo que foi imposto pelo rei não foi uma boa atitude, e isso vem à tona quando Tirésias um representante das leis divinas aponta que haverá consequências em relação a esta atitude do rei, justamente porque os abutres se alimentaram da carne de alguém que não era para eles se alimentarem demonstrado a partir daí um sinal divino.

A razão de Creonte não é crítica, mas técnica e racional por se atrelar a finalidades políticas ao passo que Antígona representa o humano, a necessidade de se enxergar e aos outros como seres humanos indiferente as circunstâncias. E essa observação nos remete ao conceito de banalidade do mal abordado pela filósofa política Hanna Arendt em seu livro Julgamento de Eichmann e que proporciona uma reflexão sobre o quanto o seguir uma lei apenas por ser o que está positivado de maneira cega pode voltar contra a humanidade.

No contexto do livro escrito por Hannah Arendt que se refere ao julgamento de Adolf Eichmann que foi o responsável por enviar milhares de judeus para os campos de concentração durante a segunda guerra mundial, nota-se justamente um momento histórico em que seres humanos voltam-se contra outros, porque era racional, técnico uma vez que estava positivado em leis, ou seja, ir contra o que estava ocorrendo na Alemanha e na Europa em contexto dos regimes totalitários, isso sim seria ir contra a lei.

Inclusive, Arendt faz emergir a importância de ser tratado como crimes contra a humanidade, já que o caminho para evitar essa sistematização de mortes de seres humanos é fazer com que o assassino se identifique com os que estão sendo assassinados, afinal, quando o indivíduo se imagina no lugar do outro evita que este cometa tanta barbáries já que ele faz o exercício de inversão de papéis. Enquanto que o fato de estar escrito no texto da lei tornava essas ações horrendas legais e tornavam os assassinos meros cumpridores da lei. A postura de Antígona, bem como circunstância abordada por Arendt remete justamente para o quanto é importante o Direito não se limitar ao que está positivado, em outras palavras, se uma lei é injusta ela não deve ser cumprida antes, deve passar pelo crivo principiológico e Humano.

E isso é extremamente atual já que, na China vários campos de concentração foram construídos nos últimos anos e seres humanos vem sendo mantidos cativos em um território formado por minorias étnicas como os Uiguris-Turcos (mulçumanos) em um território que a China dominou e deu o nome de Xinjiang. A criação destes campos de concentração no qual a China Chamou de campos de reeducação tem por base razões capitalistas e a resposta deste país após ter sido descoberto e passar por críticas internacionais foi criar leis que tornassem essas atividades legais.

Sendo assim, é possível observar que o mesmo sentimento de superioridade do rei Creonte e que fez com que as razões de Antígona para enterrar o irmão não fossem levadas em consideração. Também fez com que nazistas se sentissem melhores que judeus e faz com que Chineses se sintam superiores aos Uigures, sendo estes algozes levados a criar mecanismos racionais através de suas posições que tornem corretas estas ações totalitárias. Reitera-se, portanto, que o Direito não pode se ater ao texto da lei.